

O AGRONEGÓCIO E A PRODUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL E DA INSEGU- RANÇA ALIMENTAR EM MATO GROS- SO DO SUL: Uma discussão necessária

Aparecido Francisco dos Reis^{1*}

¹ Doutor em Serviço Social/UNESP, mestre em Ciências Sociais/UFSCar, graduado em ciências sociais/UNESP, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFMS. Pesquisador nas áreas de gênero, sexualidade, saúde e desigualdade social.

* autor correspondente: aparecido.reis@ufms.br

RESUMO

Nas últimas décadas, uma série de mudanças estruturais ocorreram na agricultura em Mato Grosso do Sul em regiões anteriormente ocupadas pela criação extensiva de gado de corte e do cerrado: desregulamentação econômica; reorientação da produção agrícola para a exportação; abertura para entrada de insumos externos (agroquímicos, fertilizantes, maquinários); expansão do modelo de produção de *commodities*; processos de centralização e concentração da produção agroalimentar. Estas mudanças tiveram um forte impacto na estrutura agrária e na vida das populações locais, principalmente os povos indígenas, expressando por sua vez transformações mais amplas ligadas a uma reorganização territorial do país. Neste artigo apresentamos algumas das características que este novo modelo agrícola assume e a sua ligação com o problema da desigualdade e da segurança alimentar no Estado, no atual contexto de globalização neoliberal. A análise se fundamenta em dados coletados a partir de fontes oficiais como o IBGE, PNAD, PNUD e outras. Os resultados demonstram uma situação de concentração de riquezas, desigualdade social e aumento da insegurança alimentar apesar da grande produtividade de soja, milho, carne e cana-de-açúcar e outras *commodities*.

PALAVRAS-CHAVE: agricultura moderna; alimentos; povos indígenas.

1 INTRODUÇÃO

As últimas décadas testemunharam uma série de mudanças na agricultura brasileira, tais como agriculturização (avanço da agricultura em regiões do cerrado); desregulamentação econômica; reorientação da produção agrícola para a exportação; abertura para entrada de insumos externos (agroquímicos, fertilizantes, maquinários); expansão do

modelo soja; processos de centralização e concentração da produção agroalimentar etc. Estas mudanças tiveram um forte impacto na estrutura agrária brasileira e na vida dos pequenos produtores e agricultores, expressando por sua vez transformações mais amplas ligadas a uma reorganização territorial do país.

Este artigo apresenta algumas das características que este modelo agrícola assume no estado de Mato Grosso do

Sul e a sua ligação com o problema da desigualdade e do acesso aos alimentos no contexto da globalização neoliberal.

A ideia é que nenhum modelo é o único possível, mas que existem várias alternativas e que a adoção de um ou de outro depende das relações de poder entre os diferentes atores relacionados com a produção, distribuição e consumo de alimentos como os grandes produtores, empresas multinacionais de sementes e agroindustriais, entidades representativas, a população local e o próprio papel do governo na condução do processo de modernização da agricultura brasileira.

O ato de se alimentar, é uma das atividades básicas do ser humano, necessária à reprodução da vida e constitui um dos direitos sociais básicos de qualquer sociedade. Contudo, vastos setores da população mundial estão subnutridos ou têm sérios problemas nutricionais, apesar do fato de a produção global de alimentos ser suficientemente grande para satisfazer as necessidades alimentares de todos os habitantes da Terra. A importância de perguntar sobre o que se come, como o alimento é produzido e distribuído e quem se beneficia, são questões-chave para compreender este paradoxo da fome num mundo que produz, pelo menos nos dias atuais, uma quantidade suficiente de alimentos para toda a população. Mas são também questões-chave para compreender a identidade e os aspectos culturais, sociais e políticos das sociedades porque, em última análise, esses elementos estão intrinsecamente ligados aos processos alimentares existentes no mundo contemporâneo.

1.2 O agronegócio: Desenvolvimento e definições

No século XIX, a região sul do antigo Estado de Mato Grosso, hoje conhecido como Mato Grosso do Sul, começa a ser ocupada por migrantes provenientes de diferentes partes do Brasil, como

Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, além de pessoas vindas de países vizinhos como Paraguai e Bolívia, sendo todos eles considerados os "pioneiros". Isso ocorre após o estabelecimento da propriedade privada da terra na região e o fim da guerra entre a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) e o Paraguai, em 1865. A partir desse momento, a região passa a ser marcada pela violência armada, especialmente quando comunidades indígenas têm seus territórios invadidos por fazendeiros e militares do exército imperial desmobilizados (OLIVEIRA, 2016).

Além da questão do processo de ocupação das terras na região, o crescimento populacional mais significativo ocorre a partir dos anos 40 do século passado. Isso é motivado principalmente pela abertura da fronteira agrícola durante o governo Vargas, que passa a considerar o Centro-Oeste como um local de produção. Na década de 1940, o geógrafo alemão Leo Waibel questiona a subutilização das terras do cerrado na região. Para Waibel, a ideia de que as terras de cerrados e campos no Centro-Oeste do Brasil não são adequadas para a agricultura e só podem ser usadas como pasto não tem qualquer fundamento. Segundo ele, essa ideia se mantém devido à grande disponibilidade de terras florestais, mas isso não significa que o cerrado seja infértil e não possa ser cultivado caso haja aumento da pressão demográfica, escassez de terras e aplicação de métodos mais intensivos. (WAIBEL, 1948 apud TERRA, 2006). Dessa forma, interpreta-se a modernização da agropecuária como um instrumento da reorganização do espaço agrário ante a expansão do modo capitalista de produção em Mato Grosso do Sul, uma vez que a incorporação do progresso técnico-científico transforma o Estado, que no início da década de 1970 é utilizado exclusivamente para a prática da pecuária extensiva, numa região de agropecuária moderna, ao mesmo

tempo em que gera exclusões, materializadas principalmente, na concentração fundiária e conseqüentemente provocando um processo de expulsão de um enorme contingente de trabalhadores do campo e confinamento dos povos indígenas (TERRA, 2006).

Para Bourlegat (2000), a difusão do processo de expansão da pecuária e da agricultura mecanizada da soja a partir desse período impulsionou o grande dinamismo econômico regional, responsável pela atração de um intenso fluxo migratório vindo de outras regiões. Até meados da década de setenta, é predominante o modelo produtivo baseado na criação de gado de corte em grandes latifúndios pouco produtivos. Nesse período, se inicia o processo de ocupação dessas extensas áreas, para a produção agrícola, principalmente de pinus e eucalipto, entre as cidades de Ribas do Rio Pardo e Três Lagoas e soja, milho e cana-de-açúcar nas demais regiões do estado (MARIANO; TEIXEIRA, 2022).

Assim, teve início o processo de modernização da atual agricultura no Estado, com o uso de sistemas de produção, formalmente chamados, na ocasião, de “pacotes tecnológicos”. A pesquisa científica agrícola vigente na época, indica que a organização dos “pacotes tecnológicos” é a maneira mais rápida e efetiva para se lançar mão do estoque de conhecimentos existentes e colocá-lo em prática via os programas de assistência técnica e extensão rural da Embrapa e com o fomento governamental do crédito rural (MENDES, 2015).

Conceitualmente, os “pacotes tecnológicos” idealizados na época, hoje, parecem bastante simples, sendo entendidos “como formas lineares eficientes de difundir, divulgar, transferir, comercializar e financiar tecnologias, bem como avaliar e fiscalizar sua adoção” (DENARDIN, 2013, p. 2). Os pacotes tecnológicos têm como regra, três conjuntos de conhecimentos, sobre insumos, a maneira de combiná-los e informações de

mercado. Inclusive, na ocasião, foi elaborada uma metodologia para a formulação desses pacotes tecnológicos, combinando a participação de pesquisadores, assistentes técnicos, produtores rurais e representantes dos agentes financeiros (no caso, o Banco do Brasil), em reuniões específicas, quase sempre realizadas nas regiões alvos, seguindo uma receita pronta, descrita em um documento orientador. Teoricamente, um modelo ideal, envolvendo pesquisa, extensão e crédito rural (DENARDIN, 2013).

Esse progresso técnico (saber fazer humano) na agricultura brasileira, impôs esse novo padrão de desenvolvimento. Os insumos, as máquinas e os equipamentos foram projetados visando aumento da produtividade e do lucro a qualquer preço. O processo seletivo deste modelo excluiu, nas áreas onde se implantou, os agricultores, na sua grande maioria familiares, que não quiseram ou não tiveram as condições financeiras de responder positivamente às inovações propostas (GEHLEN, 2001).

Com a instauração do modelo neoliberal no início dos anos 1990, este esquema agrícola passou por importantes transformações, centrando-se na satisfação do mercado externo e tornando-se cada vez mais dependente da tecnologia aplicada à produção. Assim, na década de 1990, um novo modelo agrícola baseado no agronegócio começou a se tornar hegemônico, o que implicou um aprofundamento e intensificação da produção agroindustrial orientada para o fornecimento de insumos para exportação, de acordo com a lógica do mercado internacional *de commodities*.

A partir dessa transformação no processo produtivo, o modelo do agronegócio pode ser definido como o conjunto das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas fazendas, armazenamento, processamento e distribuição dos produtos e itens produzidos a

partir dele (SILVA; BREITENBACH, 2013)

O poder econômico e de decisão de algumas empresas sobre as cadeias de distribuição e comercialização determinam os preços dos produtos em detrimento dos pequenos e médios produtores. Além disso, neste esquema agrícola, os pacotes tecnológicos fornecidos pelas grandes empresas de sementes e de tecnologia agrícola impõem uma lógica de produção (uso de sementes transgênicas, agroquímicos, máquinas, pulverizadores agrícolas, satélites de previsão climática, especialistas e técnicos, máquinas específicas etc.) e acabam impondo padrões de sabores, tamanhos e cores dos alimentos consumidos e influenciam a paisagem rural (DENARDIN; 2021).

Com a abertura econômica do mercado brasileiro no início de 1990, o campo passa a ser cada vez mais regulamentado pelas “leis do mercado” e pelo agronegócio. O agronegócio como modelo está enquadrado num paradigma tecnológico que gera dependência de agroquímicos e sementes geneticamente modificadas e, como consequência, maior dependência de investimentos estrangeiros (através de empresas multinacionais de sementes e alimentos) e de capitais financeiros e especulativos através dos “pools de sementes” que passou a investir em um produto que funciona internacionalmente como commodity e cujo preço é definido na Bolsa de Chicago. Por outro lado, este modelo produtivo implica uma má rotação de culturas, o que provoca uma maior erosão do solo, a ruptura com formas ancestrais de produzir a terra, e o avanço da “frente agrícola” através do desmatamento do cerrado e despejos de comunidades indígenas. Este avanço do agronegócio implica, portanto, graves consequências para o meio ambiente em médio e longo prazo, bem como uma ameaça para as populações em situação de vulnerabilidade social ou em perigo de como é o

caso das populações indígenas da região de Dourados, no sudoeste do Estado (ALBUQUERQUE; REZENDE; FREIRE, 2015).

Atualmente, o modelo de produção hegemônico baseia-se na rotação de culturas transgênicas de soja e milho, bem como de outros produtos com os quais foram feitos avanços tecnológicos desde a hibridização, e que implicam o controle por empresas multinacionais de sementes da reprodução das culturas, seja por meio de patentes ou da venda de sementes híbridas, ou seja, incapazes de serem reproduzidas por camponeses e agricultores.

Este modelo se aprofunda hoje com o surgimento dos agrocombustíveis como proposta de médio e longo prazo para suplantando a energia dos hidrocarbonetos (gás e petróleo) como combustíveis, abrindo novos e graves riscos para a soberania e segurança alimentar a partir da tensão entre as culturas para alimentar as pessoas ou para alimentar as máquinas. Em muitos casos, a soja, o milho, a cana-de-açúcar, o eucalipto, o pinus, entre outras produções, são cultivados para a fabricação de biocombustíveis (biodiesel e etanol), ração para animais e celulose respectivamente, em detrimento da oferta alimentar para as populações, o que não só reduz a oferta de alimentos populares, mas também os torna mais caros.

2 OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é apresentar algumas das características que o modelo do agronegócio assume no estado de Mato Grosso do Sul e a sua ligação com a problemática da desigualdade e da segurança alimentar junto à população local.

3 MATERIAL E MÉTODOS

A abordagem metodológica para se discutir a questão foi fundamentada em

dados gerados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul (SEMADE-MS) Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Mato Grosso do Sul (SEMADESC-MS), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Organização pelo Direito à Alimentação e Nutrição Adequadas (FIAN). Os principais dados analisados foram produzidos a partir de 2017 e seu debate levou em consideração a produção de estudos já feitos no Brasil acerca do processo de modernização da agricultura brasileira, atentando sempre para as especificações de como se deu o processo no Estado de Mato Grosso do Sul.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para se ter uma ideia da importância do agronegócio, de acordo com dados do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA, 2023), o agronegócio de Mato Grosso do Sul tem despontado com indicadores positivos no país. O Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) esperado para 2023 no Estado, com base nas informações obtidas até julho deste ano, é de R\$69,6 bilhões, volume 3,3% superior aos R\$67,4 bilhões obtidos em renda agropecuária, em 2022. O destaque novamente ficou com as lavouras que tiveram estimativa de render R\$50,4 bilhões neste ano, percentual 8,2% superior ao de 2022. A soja puxou o índice com rendimento estimado em R\$29,8 bilhões e alta de 28,3%. Já a pecuária estadual teve ganhos de R\$19,1 bilhão.

A produção do agronegócio em Mato Grosso do Sul, é principalmente para exportações. Dados produzidos

pela Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação de Estado e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (SEMADESC), demonstraram que as exportações de Mato Grosso do Sul no acumulado de janeiro a agosto de 2023 chegaram a US\$ 7,230 bilhões, valor 28,90% maior em relação aos US\$ 5,609 bilhões registrados no mesmo período do ano passado. Os produtos que mais se destacaram, em termos de volume e valores, foram a soja, celulose e carne bovina (SEMADESC, 2023).

O agronegócio exporta quase tudo que produz. Os produtos do agronegócio somaram US\$6,9 bilhões no acumulado no ano de 2022, o que representou 90% dos US\$7,595 bilhões exportados por Mato Grosso do Sul no mesmo período.

Segundo dados da Confederação Nacional da Agricultura (CNA, 2022), em pouco mais de quatro décadas, a produção agrícola de Mato Grosso do Sul aumentou aproximadamente 19 vezes. Na safra 1977/1978, quando o estado foi criado, a produção foi de 987,2 mil toneladas de grãos, na safra 2020/2021 o volume superou 18,9 milhões de toneladas, crescimento de 1.816,9%. O resultado foi três vezes superior ao avanço da produção brasileira de grãos que cresceu 568,4% no mesmo período.

A produção sul-mato-grossense de carne bovina, suína e de frango ocupa a 8ª posição no ranking nacional, atende o mercado local, nacional e participa da balança comercial brasileira com os embarques para o mercado externo. No ano de 2021 o estado vendeu mais de 400 mil toneladas dessas três proteínas e faturou US\$ 1,2 bilhão demonstrando avanço expressivo de 5.234,9% na receita quando há 24 anos, em 1997, no seu início, faturou US\$ 24 milhões com as exportações de carne bovina, suína e de frango (CNA, 2022).

Esse destaque na produção nacional e nas exportações, deveu-se em grande parte, às parcerias entre o setor

produtivo com as universidades locais, a Embrapa e empresas privadas. Essas parcerias possibilitaram a aproximação das necessidades dos produtores, o que levou à implantação de melhorias no sistema de plantio direto com vistas a integrar, diversificar e melhorar a rentabilidade dos produtores rurais. Essa ação culminou com a implantação, na década de 1990, do sistema de Integração Lavoura-Pecuária (ILP), ambos considerados pilares da agricultura (DORNELES; SILVA, 2014). Na prática, o progresso tecnológico na agricultura brasileira pode ser percebido pelo aumento do uso de fertilizantes e defensivos agrícolas, uso intensivo de novas áreas agricultáveis e novas técnicas de cultivos adaptadas ao clima e solo brasileiros, fatores estes que alteraram o padrão tecnológico da agricultura brasileira (NASCIMENTO; AQUINO; DELGROSSI, 2021; MENGATTI; BARROS, 2007).

É importante ressaltar a relevância da pesquisa agrônômica no avanço tecnológico da agricultura. Conforme indicado pelos autores, o progresso científico e tecnológico possibilitou não apenas a exploração de áreas tradicionais na agricultura, mas também a incorporação e aproveitamento do cerrado brasileiro por meio de cultivares e sistemas de manejo, como o plantio direto, adaptados aos solos de cerrado, que possuem baixa fertilidade, deficiência de fósforo e alta toxicidade de alumínio, obstáculos intrínsecos que limitam o desenvolvimento das plantações. Recentemente, o aumento da produtividade também se tem associado ao cultivo de organismos geneticamente modificados, como soja e milho transgênicos.

Apesar dos avanços na pesquisa para aumentar a produção sem prejudicar o meio ambiente e a população em geral, a atividade agrícola ainda apresenta contradições. Estas contradições têm se manifestado na prática da agricultura intensiva, com extensas plantações de monoculturas como soja, eucalipto e

cana-de-açúcar, bem como grandes pastagens mal administradas. Além disso, o desmatamento desordenado agrava os impactos, colocando em risco não apenas a sustentabilidade da atividade agropecuária, mas também o meio ambiente e as comunidades que têm dependido de outras atividades econômicas, como o turismo ambiental, a pesca e a agricultura familiar. Essa situação gerou conflitos e violência relacionados à questão da terra, principalmente envolvendo povos indígenas, assentados e pessoas acampamentos devido à reforma agrária (SEMADE-MS, 2011). Além disso, essa problemática esteve associada ao aumento da pobreza e da insegurança alimentar da população do Estado, especialmente na última década.

Em suma, o avanço do modelo do agronegócio implicou uma nova territorialidade dos mundos rurais devido ao seu avanço sobre populações nativas, o cerrado e, inclusive, o pantanal. Observou-se a existência de paisagens unificadas, homogêneas e monocromáticas, o chamado “deserto verde” da soja, em regiões que até poucos anos atrás eram fonte de biodiversidade. O agronegócio impôs determinados modos de produção, forçando uma reterritorialização de populações inteiras que consideraram impossível a continuidade de seus modos de vida. Com efeito, pode-se falar de uma agricultura sem agricultores.

Conforme apontado, as transformações originadas nas últimas décadas no estado orientaram a agricultura para produções destinadas à exportação, transformando boa parte das práticas e relações sociais dos espaços agro-rurais. Esta situação foi replicada no restante do país, assim como em outras partes da América Latina e em vastas regiões da Ásia e da África, com características particulares em cada país e região. As produções dos camponeses e pequenos produtores, tradicionalmente destinadas ao autoconsumo ou aos

mercados locais ou nacionais, foram substituídas nos últimos anos por produtos de exportação promovidos por grandes corporações agroindustriais.

Assim, a maior produtividade alcançada através da agricultura industrial e da intensificação tecnológica teve como resultado paradoxal o aumento das situações de pobreza e fome. Um país como o Brasil, que ainda hoje atinge recordes na produção de alimentos (que seriam suficientes para abastecer 800 milhões de pessoas), não se transforma na elevação da renda dos trabalhadores nos estados produtores do agronegócio, como se pode verificar nos dados recentes do IBGE (2022).

De acordo com dados do Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Estado de Mato Grosso do Sul conta com uma população estimada de 2.7156,013 habitantes e ocupa uma área de 357.145,531 km. O índice de desenvolvimento humano (IDH) do Estado é de 0,742 (PNUD, 2021), inferior ao IDH nacional, que é de 0,754.

Segundo o IBGE, em 2021, Mato Grosso do Sul tinha mais de 1.240 milhão de pessoas vivendo em situação de pobreza. Atualmente, quase metade da população do Estado é considerada de baixa renda e necessita do auxílio de programas sociais para sobreviver. A situação fica ainda mais crítica quando olhamos para os municípios do interior, que chegam a ter 70% de seus moradores nesta situação.

Os dados de inscritos no Cadastro Único do Governo Federal (2023), fornecidos pelo Ministério da Cidadania mostraram a escalada da pobreza em Mato Grosso do Sul. Em setembro de 2017, eram 1.039 milhão inscritos no cadastro. Menos de cinco anos depois, o número cresceu 19,3%. A alta nos preços de itens básicos como alimentação, energia elétrica e combustíveis, aliado ao aumento do desemprego desde o início da pandemia de Covid-19 em 2020,

agravaram drasticamente o cenário. Em um ano e meio, mais de 200 mil pessoas foram inseridas no CadÚnico.

Em novembro de 2020 o total de pessoas de Mato Grosso do Sul inscritas no CadÚnico era de 1,038 milhão. Desde então, houve um aumento gradual, chegando em abril de 2022 a 1.240 milhão de pessoas. O CadÚnico inclui aqueles que ganham até meio salário-mínimo por pessoa (R\$606,00) ou até 3 salários-mínimos de renda mensal total familiar (R\$3.636,00) (CadÚnico, 2023).

Embora o estado de Mato Grosso do Sul se destaque nacionalmente na produção do agronegócio, o progresso da cadeia não chega até a população mais pobre. O que se percebeu pelos dados é que a desigualdade reduz quando se oferece emprego e alternativas de renda e o agronegócio não é um setor que contribua para isso. O agronegócio é uma atividade concentradora de riqueza e não um agente redutor da desigualdade e tem sido cada vez mais automatizado, contratando cada vez menos e mão de obra mais básica.

O censo agropecuário de 2017, realizado pelo IBGE, a agricultura familiar é o setor que mais emprega, representando 67% do total de pessoas ocupadas, apesar de representar apenas 23% do valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários. Em Mato Grosso do Sul, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o agronegócio foi responsável por apenas 16,05% das vagas de trabalho formais criadas entre os anos de 2021-23. A renda média do trabalhador empregado no setor, é de R\$1.750,23 para uma jornada de trabalho de 44 horas semanais.

De acordo com o IBGE, no caderno Síntese dos Indicadores Sociais (SIS), de 2021, parte significativa da população do Estado vive em condição de pobreza. Conforme valor adotado pelo Banco Mundial, são pobres os que contam com renda média diária de até US\$5,5 por

dia. O IBGE, usando essa classificação, verificou que 17,1% dos sul-mato-grossenses, o equivalente a 444,89 mil pessoas, possuem rendimento de até R\$ 522,50 mensais, o que representava menos da metade do salário-mínimo vigente naquele ano, de R\$ 1.100,00. A situação é ainda mais crítica para 122,99 mil pessoas (4,7% da população), cujo rendimento mensal era de apenas um quarto do salário-mínimo. Receber esse montante por mês significa ter que garantir a sobrevivência com R\$7,00 por dia, o suficiente para, no máximo, 1^{1/2} litros de leite. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2023), mostrou que em 2022, em Mato Grosso do Sul, a parcela 1% mais rica, ou seja, cerca de 26 mil pessoas tinham renda média de R\$26.995,00. Por outro lado, os 10% com os menores rendimentos recebiam em média de R\$468.00. O valor da renda dos mais ricos é 57 vezes maior do que dos 50% mais pobres, revelando uma situação de profunda desigualdade social.

Os estudos sobre desigualdade no contexto estadual têm focado mais nas

questões de raça, educação e saúde (PICOLI; CAZOLA; NASCIMENTO, 2019; BASTA et al, 2013; CORDEIRO, 2008). A pesquisa mais recente sobre o assunto foi realizada por Anunciato e Franco (2017), em um detalhado estudo sobre os indicadores socioeconômicos da PNAD de 2010. No trabalho, apontam que 104.469 pessoas estariam vivendo em situação de extrema pobreza no estado de Mato Grosso do Sul na primeira década do século, contudo, é preciso observar que os dados atuais demonstrados acima, revelaram um aumento da população em situação de extrema pobreza, podendo ser resultante da diminuição da renda e do emprego ou mesmo relacionando-se à pandemia de covid-19, ocorrida entre 2020-2022.

O quadro da desigualdade social é agudizado, à medida que se relaciona com a insegurança alimentar enfrentada pela população local, apesar da pujança da produção de grãos. Dados do IBGE (2022), demonstram que 37% dos domicílios do Estado sofrem com algum tipo de insegurança alimentar (Quadro 1).

Quadro 1. Insegurança alimentar em cada 1000 domicílios do Estado de Mato Grosso do Sul.

Domicílios com insegurança alimentar do Estado de Mato Grosso do Sul	Nível de insegurança alimentar (%)
Domicílios com insegurança alimentar	25,8
Domicílios com insegurança alimentar grave	4,5
Domicílios com insegurança alimentar moderada	6,7
Total de domicílios com insegurança	37

Fonte: Extraído de IBGE, 2022.

A situação de insegurança alimentar se agravou ainda mais no país com a pandemia de Covid-19 e seus desdobramentos na economia (desemprego, subemprego, falências, etc.) e nos níveis de desigualdade (socioeconômicas, educacionais, de saúde, etc.) vivenciados pela população brasileira (SANTOS LEITE; FERREIRA LEITE, 2022).

Para Menezes (1998), a concretização da segurança alimentar consiste na realização do direito de todos ao

acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambientais, econômica e socialmente sustentáveis.

Essas questões aqui apresentadas se agravam ainda mais, quando se trata das populações originárias do Estado, como os Guarani e Kaiowá. Conforme

pesquisa da *Food and Nutrition Sovereignty and Security in the Guarani and Kaiowá Territories of Mato Grosso do Sul, Brazil*, da Organização pelo Direito à Alimentação e Nutrição Adequadas (FIAN, 2023).

Os resultados da pesquisa da Fian (2023) indicaram monotonia alimentar, com consumo basicamente de arroz e feijão pela maioria das pessoas (94,2% de arroz e 89,2% de feijão). Apenas 34,4% dos entrevistados consumiram alguma fonte proteica no dia anterior, 33,1% tubérculos, 10% verduras ou legumes e apenas 4,4% consumiram frutas. Isto demonstrou que a base alimentar das comunidades tem sido uma mistura de alimentos da cesta básica com os produzidos no campo. Em relação aos produtos ultraprocessados, apenas no território de *Ñande Ru Marangatu* houve consumo de marcadores alimentares não saudáveis. Isto se deve principalmente à proximidade de algumas subáreas com a cidade. No que diz respeito à alimentação escolar, para 10,2% das famílias a alimentação escolar não esteve disponível no período pesquisado. Esses dados têm indicado que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) não foi sendo oferecido de forma constante e eficaz em alguns territórios. Das famílias que responderam à questão sobre se a alimentação escolar incluía alimentos da sua cultura (exigência legal), 40,3% afirmaram que não e 5,1% afirmaram que às vezes sim. Em relação às políticas de apoio e proteção social, os benefícios mais citados foram cesta básica (94,2% dos domicílios), Bolsa Família (65,4%), programa assistencial estadual ou municipal (20,0%) e previdência (12,7%). Das famílias que recebem cesta básica, a cesta da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) entregue pela Funai chega a 80,0%, sendo que 30,6% recebem também a cesta básica do estado e 7,5% também a do município. No caso de Apyka'i, até a conclusão do levantamento, a entrega da cesta

básica pela Conab era irregular após interrupção em dezembro de 2022. Nas demais áreas restituídas, a entrega mensal ocorreu de forma irregular, foram relatados atrasos de até três meses, somado à insuficiência em quantidade e qualidade. Em Guaiviry, as famílias ficaram seis meses sem cesta básica, em 2022. Em todos os municípios, foi informado que a cesta fornecida pela Conab dura de três a 15 dias, dependendo do tamanho da família. No município de Antônio João, em *Ñande Ru Marangatu*, profissionais da assistência social orientam erroneamente sobre a impossibilidade de recebimento do benefício Bolsa Família no momento do recebimento da cesta básica.

A pesquisa demonstrou ainda que a insegurança alimentar e nutricional em todos os domicílios, com e sem filhos menores de 16 anos é de 77,0%, em que a alimentação moderada e a insegurança nutricional estiveram presente em 22,2% e a forma mais grave em 11,4-33,6% dos domicílios sofreram de uma quantidade insuficiente de alimentos.

Analisando a situação, pode-se considerar que a fome fez parte da realidade em algum nível nos agregados familiares. Mesmo com uma alimentação e nutrição moderada um adulto já convive com uma situação de insegurança alimentar que o força a pular refeições ou comer menos para atender às necessidades dietéticas de seus filhos. Com a continuação e agravamento da condição que restringe o acesso, a comida começa a acabar até para as crianças e a fome está instalada no cotidiano.

A insegurança alimentar e nutricional é uma forma inequívoca de descrever a fome, mas não podemos descartar a ocorrência de fome entre adultos da família, mesmo em uma situação menos grave. Isso pode indicar uma situação de risco iminente de fome entre todos os residentes e sua permanência.

Em Mato Grosso do Sul, na região de Dourados, não faltam denúncias,

imagens e números que confirmaram uma situação de violência do Estado, fazendeiros e milícias contra os povos indígenas. Entre 2019 e 2022, houve 146 assassinatos de indígenas. O cotidiano dos povos Guarani-Kaiowá tem sido marcado, histórica e geograficamente, pela desterritorialização/precarização imposta pelo agronegócio (MONDARDO, 2019) em frentes extrativistas, de colonização, desenvolvimentistas, do agronegócio, e que se intensificou desde que às recentes mudanças editadas através da Medida Provisória 886/2019 pelo governo do ex-presidente Bolsonaro (2019-2022), transferindo a demarcação e proteção das terras indígenas da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ao Ministério da Agricultura, que foi comandado por Teresa Cristina, produtora rural de Mato Grosso do Sul, pertencente ainda a chamada “bancada do boi, da bala e da bíblia”. Essa medida colocou em prática o ataque, o desmonte e a pilhagem dos territórios dos povos tradicionais, indígenas, acampados e quilombolas, corroborando a promessa/ameaça de campanha proferida no ano de 2018 de não demarcar “nem mais um centímetro de terras indígenas” (MONDARDO, 2019, p. 157).

Além das disputas pelo direito ao território, as constantes violações são reflexos também da discriminação contra o povo Guarani-Kaiowá. Geralmente, as violações de direitos dos povos indígenas aconteceram em razão de sua identidade cultural. Essa violação abre portas para negação de outros direitos, incluindo o direito à alimentação e à nutrição adequadas.

A negação da identidade cultural dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul aparece desde o início do processo de ocupação que provocou, além de um dos mais radicais confinamentos territoriais, o seu “apagamento” na história regional. A ocupação colonial implicou o radical desalojamento compulsório e muitas vezes violento dos ocupantes

indígenas de suas terras e os buscou “invisibilizar” mediante políticas agressivas de integração na economia regional (BRAND; CALDERONI, 2010, p. 63).

Outro problema referente ao agronegócio diz respeito à baixa contribuição do setor à formação do Produto Interno Bruto (PIB) e a arrecadação como Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Apesar da campanha massiva feita pelo agronegócio para se mostrar como a face mais moderna e completa da economia brasileira, os dados demonstraram que o agro não é tudo que se diz ser. Segundo estudos realizados por Mitidiero Junior e Goldfarb (2021), a participação do agro no PIB foi de apenas 5,4%, enquanto o setor industrial contribuiu com 25,5% e o setor de serviços 52,4%. Ou seja, o setor que mais produziu mercadorias para exportação é o que menos contribui na composição dos valores do cálculo geral de produção de riqueza.

Embora não seja o principal agente da produção do PIB, o agronegócio recebeu muitos incentivos: O Governo Federal destinou recursos da ordem de R\$364,22 bilhões para apoiar a produção agropecuária nacional de médios e grandes produtores rurais até junho de 2024; para a agricultura familiar, foi concedido R\$ 77,7 bilhões (MAPA, 2023).

Quadro 2. Imposto sobre exportação (R\$) pagos pelas atividades de agricultura, pecuária e demais serviços relacionados (agronegócio) entre 2011 e 2019.

Ano	Imposto de exportação (R\$)
2011	72.109
2012	6.453
2013	20.629
2014	85.045
2015	84.828
2016	44.992
2017	5.804
2018	9.703
2019	16.331

Fonte: Extraído de Receita Federal, 2023.

Além de ser profundamente privilegiado na distribuição de recursos

públicos, o agronegócio deixou pouco para o Brasil, ou seja, é um setor pouco tributado. Um dado que explica a baixa arrecadação do setor, é a isenção que recai sobre as exportações. Como exemplo, o Quadro 2 cita os valores pagos como Imposto de Exportação pelas Atividades de Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados, entre 2011 e 2019 (Receita Federal, 2023).

O que se conclui desses dados é que desigualdade do sistema tributário brasileiro não se dá pela quantidade de tributos cobrados, mas, principalmente, por seu caráter regressivo, indireto e focado na taxaço sobre o consumo de alimentos, tornando-os mais caros e inacessíveis a boa parte da população e que ocasiona a insegurança alimentar às camadas mais empobrecidas. Por sua vez, a agropecuária de exportação é isenta de vários impostos. Nesse sentido, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), publicou o Convênio ICMS 52/1991 e o Convênio ICMS 100/97, por meio dos quais concedeu (i) redução da base de cálculo do imposto nas saídas interestaduais dos insumos agropecuários (sementes, inseticidas, herbicidas etc.) e (ii) às operações com equipamentos industriais e implementos agrícolas.

Inicialmente, os convênios possuíam vigência até 31 de dezembro de 1992 e 30 de abril de 1999, respectivamente. No entanto, foram sendo prorrogados em razão da importância que suas medidas representavam para o setor do agronegócio. Recentemente, ambos os convênios foram novamente prorrogados, e suas medidas tiveram seus prazos estendidos até 30 de abril de 2024 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente.

5 CONCLUSÕES

No descrito acima, pode-se perceber a complexidade das relações sociais em uma sociedade envolvida pelos

interesses do agronegócio em um contexto de acumulação capitalista que resulta em contradições sociais, crises, deterioração do meio ambiente, insegurança e situações de violência. É impossível compreender completamente o modelo de produção do agronegócio e suas múltiplas consequências sem considerá-lo como uma parte importante do desenvolvimento do modo de produção capitalista na atual globalização neoliberal. Essa afirmação, além de se opor a uma concepção puramente mecânica, positivista e instrumentalista do conhecimento, baseia-se no fato comprovado de que os enormes lucros obtidos através da exploração do agronegócio, principalmente em divisas em dólares para a balança comercial do país, tornam intolerável, do ponto de vista dos agricultores, aceitar não apenas as demandas territoriais das populações indígenas no estado, mas também aceitar que o agronegócio não resolve a problemática da desigualdade social e da insegurança alimentar numa sociedade permeada pelos interesses do agronegócio num contexto de acumulação capitalista que cria contradições sociais, crises, degradação do ambiente, insegurança e situações de violência.

Os espaços habitados pelos indígenas em Mato Grosso do Sul são verdadeiros espaços de disputas territoriais, onde se põe em jogo, os interesses do agronegócio, colocando em risco a sobrevivência dos povos indígenas e dos pequenos agricultores, como também as concepções alternativas de produção e de pensar a vida, a morte e as relações entre os seres humanos e destes com a natureza. A oposição ao modelo do agronegócio vai mais além de uma disputa conjuntural por terras, as populações valorizam seus territórios como espaços vividos, tanto materialmente quanto simbolicamente.

Ressalta-se ainda que o modelo do agronegócio atual utiliza matéria, energia e conhecimento provenientes da

natureza e insumos como sementes, fertilizantes e pesticidas que afetam os territórios das populações tradicionais da população local, são sustentáveis apenas do ponto de vista econômico e financeiro, todavia, criam problemas e contradições que vão se aprofundando ao longo dos anos em Mato Grosso do Sul.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, D. D. B.; REZENDE, L. P. F.; FREIRE, N. R. A abertura econômica do Brasil e suas consequências sobre a determinação do investimento. *Revista Economia e Políticas Públicas*, v. 3, n. 2, p. 27-52, jul.-dez. 2015.

ANUNCIATO, K. M.; FRANCO, C. Análise dos principais indicadores de pobreza e desigualdade social de Grosso do Sul. *Revista Unemat de Contabilidade*, v. 6, n. 11, p.1-28, 2017.

BASTA, P. C. et Al. Desigualdades sociais e tuberculose: análise segundo raça/cor, Mato Grosso do Sul. *Rev. Saúde Pública*, v. 47, n. 5, p. 834-864, out 2013.

BOURLEGAT, C. A. L. Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço-temporais. (Tese Doutorado em Geografia), Presidente Prudente: UNESP, 2000.

BRAND, A.; CALDERONI, V. A. M. O. Ambivalências na identidade de estudantes indígenas em Campo Grande, MS. *Currículo sem Fronteiras*, v. 10, n. 1, p. 61-72, jan./jun., 2010.

BRASIL. CECAD 2.0. Cadastro Único. Disponível em: <<https://cecad.cidadania.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Brasil em síntese: Panoramas. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 09 nov.

2023.

BRASIL. IBGE. Mato Grosso do Sul. Cidades. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. IBGE. (SIS) Sínteses dos Indicadores Sociais. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 09 nov. 2023.

BRASIL. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 09 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Plano Safra 2023-24. Disponível em: <<https://www.gov.br>>. [23/06/2023]. Acesso em: 29 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Cartilha do plano safra 2023-24. <<https://www.gov.br>>. [17/07/2023]. Acesso em: 29 nov. /2023.

BRASIL. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Disponível em: <<https://www.gov.br>>. [19/02/2024]. Acesso em 05 mar. 2024.

BRASIL. Receita Federal. Disponível em: <<https://www.gov.br/>>. Acesso em: 29 nov. 2023.

BRASIL DE FATO. Assédio do agronegócio é o maior desafio para as comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul, diz liderança da CPT. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br>>. [24/08/2023]. Acesso em: 29 nov. 2023.

CORDEIRO, M. J. J. A. Negros e indígenas cotistas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: desempenho acadêmico do ingresso à conclusão de curso. 260 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

DENARDIN, J. E. Sistemas de produção. Disponível em: <www.embrapa.br>. Acesso em: 23 nov. 2023.

DORNELLES, T. M.; SILVA, I. M. da. Aspectos econômicos de sistemas agroflorestais: considerações sobre a prática de integração lavoura-pecuária-floresta em MS. Anais do 2º Seminário Internacional de Integração e Desenvolvimento Regional. Ponta Porã, 2014.

FIAN, Organização pelo Direito à Alimentação e Nutrição Adequadas. Food and Nutrition Sovereignty and Security in the Guarani And Kaiowá Territories of Mato Grosso Do Sul, Brazil. Disponível em: <<https://fianbrasil.org.br/ssangk>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

GEHLEN, I. Pesquisa, tecnologia e competitividade na agropecuária brasileira. Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 6, jul./dez. 2001.

LEITE, M. S.; LEITE, JÁDER, F. (In)segurança alimentar e agricultura familiar: políticas públicas como estratégia de superação da fome. R. Katál. v. 25, n. 3, p. 528-538, set.-dez, 2022.

MATO GROSSO DO SUL. Agência de notícias MS. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ms.gov.br>>. [16/08/2023]. Acesso em: 27 nov. 2023.

MATO GROSSO DO SUL. SEMADE. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, de Mato Grosso do Sul. Caderno GeoAmbiental, Campo Grande, 2015.

MATO GROSSO DO SUL. SEMADESC. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso do Sul. Carta de Conjuntura nº 94. Agosto de 2023. Disponível em: <<https://www.sema-desc.ms.gov.br>>. Acesso em 08 nov. 2023.

MATO GROSSO DO SUL. SEMADESC. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<https://www.sema-desc.ms.gov.br>>. [18/02/2024]. Acesso em 05 mar. 2024.

MARIANO, A. J. de F.; TEIXEIRA, J. C. O avanço do atraso: a territorialização do agronegócio em Mato Grosso do Sul. Ciência Geográfica, v. XXVI, n. 2, p. 968-1002, jan./dez. 2022.

MENEGATTI, A. L. A.; BARROS, A. L. M. Análise comparativa dos custos de produção entre soja transgênica e convencional: um estudo de caso para o Estado do Mato Grosso do Sul. In: Rev. Econ. Sociol. Rural, v. 45, n. 1, p.163-183, jan./mar. 2007.

MENDES, C. I. C. Transferência de tecnologia da Embrapa: rumo à inovação. 415 f. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) ~Unicamp. Campinas, 2015

MENEZES, F. Panorama Atual da Segurança Alimentar no Brasil. ActionAid, Porto Alegre: UFRGS, 1998.

MONDARDO, M. O governo bio/necropolítico do agronegócio e os impactos dos agrotóxicos sobre os territórios de vida Guarani e Kaiowá. Ambientes, v. 1, n. 2, p. 155-1878, 2019.

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; GOLDFARB, Y. O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2021.

NASCIMENTO, C. A.; AQUINO, J. R.; DELGROSSI, M. E. Tendências recentes da agricultura familiar no Brasil e o paradoxo da pluriatividade. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 60, n. 3, e240128, 2022.

OLIVEIRA, J. E. Conflitos pela posse de terras indígenas em Mato Grosso do Sul. Rev. Cienc. Cult., v. 68, n. 4, p. 4-5, out./dez. 2016.

PICOLI, R. P.; CAZOLA, L. H. de O.; NASCIMENTO, D. G. Mortalidade infantil e classificação de sua evitabilidade por cor ou raça em Mato Grosso do Sul. Ciênc. saúde coletiva, v. 24, n. 9, p. 3315-3324, set. 2019.

PNUD BRASIL. Atlas do desenvolvimento humano do Brasil. Ranking: IDH Estados Brasil 2021. Disponível em:

<<http://www.atlasbrasil.org.br>>. Acesso em: 25 out. 2023.

TERRA, A. A modernização agropecuária de Mato Grosso do Sul: 1970-1985. II Encontro de Grupos de Pesquisa, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

SILVA, A. da; BREITENBACH, R. O debate “agricultura familiar versus agronegócio”: as jaulas ideológicas prendendo os conceitos. Revista Extensão Rural, v. 20, n. 2, p. 62-85, maio-ago, 2013.